



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE BERNARDES
CEP: 36.475-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 23.515.695/0001-40

LEI Nº. 734/2012

Institui o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, no Município de Presidente Bernardes e dispõe sobre contratação temporária.

A Câmara Municipal de Presidente Bernardes aprovou e, eu Prefeito Municipal sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - O Município de Presidente Bernardes, Estado de Minas Gerais, por seu Executivo, através desta lei, institui o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, vinculado ao Departamento de Assistência Social.

Art. 2º - O Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, consiste em:

- I** – uma unidade pública municipal responsável pela oferta de serviços continuados de proteção social básica de assistência social às famílias, grupos e indivíduos em situação de vulnerabilidade social;
- II** – uma unidade efetivadora da referência e contra-referência do usuário na rede sócioassistencial do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e unidade de referência para os serviços das demais políticas públicas;
- III** – uma unidade que organiza a vigilância social em sua área de abrangência;
- IV** – uma unidade pública que concretiza o direito sócioassistencial quanto à garantia de acessos a serviços de proteção social básica com matricialidade sócio-familiar e ênfase no território de referência;
- V** – um equipamento onde são ofertados os serviços e ações do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) e onde podem ser prestados outros serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica relativos às seguranças de rendimento, autonomia, acolhida, convívio ou vivência familiar e comunitária e de sobrevivência a riscos circunstanciais.

Art. 3º - São objetivos específicos do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS:

- I** – promover acompanhamento sócioassistencial às famílias referenciadas;
- II** – potencializar a família como unidade de referência, fortalecendo os vínculos familiares;
- III** – fortalecer os vínculos comunitários;
- IV** – fomentar o protagonismo das famílias;
- V** – articular a rede sócio - assistencial;
- VI** – prevenir os riscos sociais e as violações de direitos;
- VII** – promover o intercambio da rede prestadora de serviços através de reuniões objetivando a troca de experiências e a superação das dificuldades apresentadas;



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE BERNARDES
CEP: 36.475-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 23.515.695/0001-40

VIII – avaliar periodicamente com as famílias beneficiárias os resultados e dificuldades identificadas;

IX – favorecer o acesso às informações às famílias beneficiadas através de reuniões temáticas e grupais;

X – realizar avaliação de forma participativa envolvendo a equipe técnica do CRAS, rede prestadora de serviço e beneficiários, objetivando a verificação das ações desenvolvidas.

Art. 4º - O Centro de Referência de Assistência Social – CRAS operacionaliza-se com uma equipe multiprofissional, observados os limites definidos na Norma Operacional Básica federal (NOB/SUAS) e o disposto nesta lei.

§ 1º - A equipe deverá ser composta por pelo menos um assistente social, um psicólogo, um auxiliar administrativo, um orientador social, um coordenador, dez monitores e seis estagiários.

§ 2º - A ampliação da equipe poderá ser realizada por meio da incorporação de outros profissionais, condicionada ao disposto na legislação federal.

Art. 5º - O Município de Presidente Bernardes, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, fica autorizado a promover contratação temporária, por excepcional interesse público, de profissionais para integrar a equipe de atuação do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), conforme disposto no Anexo I desta Lei.

Art. 6º - As contratações autorizadas nesta lei serão regidas por contrato administrativo, com prazo inicial de 01 (Um) ano, admitindo-se renovações por iguais e sucessivos períodos, no limite de vigência do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) e mediante realização de Processo Seletivo Simplificado Prévio.

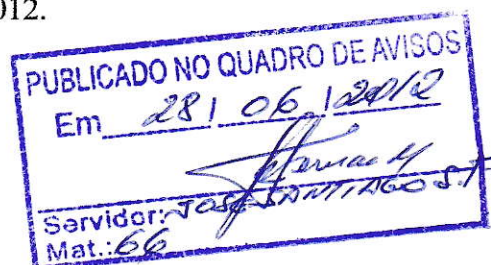
Parágrafo Único - As contratações dos monitores terão sua vigência adstrita ao período de duração das oficinas.

Art. 7º - O prédio público destinado ao Centro de Referência de Assistência Social – CRAS denominar-se-á “Edifício Carlos Soares Quintão – Cacau Quintão”.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Bernardes, 28 de junho de 2012.


IZALTINO VITAL DE SOUZA
Prefeito Municipal





MUNICÍPIO DE PRESIDENTE BERNARDES
CEP: 36.475-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 23.515.695/0001-40

ANEXO I – DA LEI

FUNÇÃO	VAGAS	JORNADA SEMANAL	REMUNERAÇÃO	ATRIBUIÇÕES
Assistente Social	01	40 h	R\$ 1.980,00	NOB/SUAS/2005
Psicólogo	01	40 h	R\$ 1.980,00	NOB/SUAS/2005
Pedagogo	01	40 h	R\$ 918,00	NOB/SUAS/
Coordenador	01	40 h	R\$ 857,00	NOB/SUAS/2005
Orientador Social	01	40 h	R\$ 857,00	NOB/SUAS/2005
Auxiliar Administrativo	01	40 h	R\$ 660,00	NOB/SUAS/2005
Monitores de capoeira, dança, música, artesanato, esporte, computação, teatro, culinária, cabeleleiro, manicure	10	adstrita às oficinas	R\$ 16,00 a hora	adstritas às oficinas
Auxiliar de serviços Gerais	01	40 horas	R\$ 622,00	Limpeza e Conservação do CRAS
Estagiários	06	40 h	R\$ 622,00	NOB/SUAS/2005

[Handwritten signature]